

## **ENTRE O ROSÁRIO E AS ARMAS: A AÇÃO POPULAR E A QUESTÃO DA LUTA ARMADA NO BRASIL (1965-1968)”**

ALESSANDRA CIAMBARELLA PAULON

Este artigo tem por objetivo analisar uma das 44 organizações de esquerda – dados do *Projeto Brasil: Nunca Mais* -, que desempenharam importante papel nas décadas de 60 e 70, durante o regime militar brasileiro: a Ação Popular (AP). Trata-se de uma organização que desde a sua criação, no início dos anos 60, esteve ligada ao cristianismo, passando pela influência guevarista e maoísta, até a sua adesão ao marxismo-leninismo em 1968, culminando com a integração de parte dos seus militantes ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1973. A dissolução formal (a partir de 1973, conhecida pela sigla APML – Ação Popular Marxista-Leninista) do que restaria da organização se deu, finalmente, no início da década de 1980, com sua integração, em grande parte, ao então recém-fundado Partido dos Trabalhadores. Tais reconstruções de identidade eram sempre acompanhadas de amplos debates e sucessivas cisões.

Esta análise se centrará em um dos mais importantes momentos da história da AP. Trata-se do debate interno que foi promovido no interior da organização, entre os anos 1965-1967, e que tinha como ponto principal o estabelecimento de uma linha política acerca da adesão ou não à luta armada. A partir da reflexão sobre os documentos oficiais da organização, é possível avaliar o grau de importância desta discussão, as principais correntes e tendências que se formaram no interior do grupo, provocando acalorados debates que terminaram por promover uma grande cisão interna à organização.

O golpe de 64 representou para todas as organizações de esquerda que participavam do jogo político naquele momento um período de mudanças profundas, com a desarticulação das direções, com a passagem de muitos dos seus membros para a clandestinidade ou exílio; a desorganização das bases e simpatizantes, seja por discordâncias dos militantes com relação às medidas tomadas (ou não tomadas) pelos dirigentes diante do golpe (o que promovia sangrias orgânicas profundas) ou por receio das ondas repressivas que se formavam no novo regime; a reformulação de teorias e linhas políticas frente à nova realidade. E a luta armada adquire papel central nos debates.

Na realidade, esta discussão não era somente uma especificidade dos militantes da AP. A idéia de tomada em armas como condição essencial para chegada à revolução tornara-se uma realidade não só para o PCB nos anos anteriores ao golpe, como também para as outras organizações presentes no contexto nacional pré e pós-1964.

Da mesma forma, as teias de relações entre as esquerdas internacional e brasileira lançam luzes acerca da sedução e do envolvimento das esquerdas nacionais com a luta armada, no pré e no pós-golpe. O sucesso da Revolução Cultural Chinesa, a partir de início dos anos 1950, e da Revolução Cubana em 1959, alimentavam os sonhos dos militantes de esquerda brasileiros e os fazia projetar um futuro semelhante para o país. Eram, sem dúvida, auxiliados pela linha política assumida pela organização-referência, o PCB, que pregava o não-enfrentamento violento e o papel da burguesia nacional na luta. Tal linha despertava severas críticas dos agrupamentos e estimulavam ainda mais a certeza que era possível fazer a revolução, cujo caminho era a luta armada e a ação do operariado.

Toda esta análise está intrinsecamente ligada ao momento político vivido pelo mundo e em especial pelo Brasil no pré-1964, marcado pela radicalização política, pela fragilidade nas condições de governabilidade do governo e pelo processo de discussão nacional que envolvia as chamadas “reformas de base” propostas pela gestão João Goulart.

Seja para as esquerdas (com destaque para próprio PCB, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a Ação Popular (AP), a ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária), as Ligas Camponesas, o bloco parlamentar denominado Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), a Frente de Mobilização Popular, o movimento sindical organizado em torno do Comando Geral do Trabalhadores (CGT), a baixa oficialidade das Forças Armadas, e por fim a UNE) ou para os conservadores (organizado em torno da Escola Superior de Guerra – ESG, e intelectuais reunidos no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)), a impressão era a de que nunca a mudança esteve tão próxima na realidade do país. A crença na vitória do ideário nacional-estatista proposto pelo PCB e por outros movimentos sociais parecia mais próximo do que nunca de concretizar-se, fornecendo esperanças para uns...e temores para outros, em especial com a presença de militares entre os nacionalistas mais radicais. Nesse

contexto, as esquerdas vão para as ruas, atacando o Congresso Nacional e exigindo reformas imediatas. A ordem do dia era, nas palavras do líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, **reformas “na lei ou na marra, com flores ou com sangue”**.

O fracasso do Plano Trienal, da tentativa de aprovação da emenda constitucional da reforma agrária, bem como os episódios envolvendo o presidente e os sargentos do Exército e marinheiros e os comícios das reformas nos meses iniciais de 1964 iriam confirmar as desconfianças de conservadores no Brasil e no exterior quanto à ligação indelével entre Jango e as esquerdas. Era chegada a hora de lutar em nome do fim da esquerdização do país, em nome da manutenção da hierarquia e da disciplina, ameaçadas pelo movimento dos sargentos e marinheiros, em nome de Deus, da família e da propriedade. Criaram-se os argumentos necessários ao golpe, e ele viria, em 31 de março de 1964, sem flores e na marra...

Os princípios marxistas-leninistas estavam novamente colocados no centro das discussões internas das organizações e a AP não passaria incólume por esse processo, sendo marcada no imediato pós-golpe por sangrias orgânicas, pela necessidade de reestruturar o grupo ao mesmo tempo em que se procurava realocar ou esconder inúmeros líderes da organização, reforçando a necessidade de sobreviver aos primeiros impactos autoritários do regime recém-instalado.

Nesse sentido, tornava-se pauta das discussões políticas dos militantes questões como a inevitabilidade da revolução, a imprescindibilidade do partido, interpretado como a vanguarda conscientizadora das massas e grande guia, e o reforço do papel histórico da classe operária. Por fim, os debates internos giravam em torno da supervalorização da ação, em maior ou menor grau.

A revalorização da revolução, à luz do marxismo-leninismo, inspirava-se nas teorias e práticas que alimentavam duas referências externas de sucesso revolucionário: as experiências chinesa e cubana. E então, o foquismo e o maoísmo acabaram por tornar-se palavras de ordem nas discussões internas de todas as organizações. Assim Denise Rollemberg sintetiza esses dois conceitos: “O foquismo ‘adaptava’ a revolução para a realidade latino-americana, respaldada em certa leitura da significativa vitória cubana; o maoísmo, legitimado igualmente por outra revolução vitoriosa, a chinesa, ‘adaptava’ a revolução num país com forte tradição rural”<sup>1</sup>.

China e Cuba eram envolvidas por uma certa “magia revolucionária” que, longe de retirar toda a percepção dos militantes brasileiros sobre a realidade destes acontecimentos, dava-lhes forte inspiração para a certeza de que a revolução viria pela força das armas, pelas mãos dos trabalhadores, pela liderança do partido. Diante de duas epopéias de vitória da esquerda, muitas vezes as organizações brasileiras fundamentavam seus debates em análises parciais das experiências cubana e chinesa, desvalorizando ou valorizando pouco as conjunturas nacionais dos respectivos países – marcadas principalmente pelo descontentamento social com o *status quo* – e, sobretudo, as relações de apoio ou de oposição entre as sociedades cubana e chinesa e os revolucionários.

Seja pela proximidade, seja pelo sucesso, seja pela linha de apoio firmado entre Cuba e revolucionários brasileiros – seguindo a orientação do governo da ilha de *exportar a revolução* – o fato é que o foquismo e, logo em seguida, a guerrilha (rural e urbana) adquiriram grande valor entre as organizações de esquerda que militavam no Brasil durante o regime militar, incorporando-se o modelo às estratégias de luta dos agrupamentos ou pelo menos suscitando discussões internas que, a exemplo da AP, acabavam por levar a cisões e até expulsões de militantes.

A Ação Popular, esvaziada e enfraquecida pela ausência de lideranças importantes – que haviam sido desmobilizadas em função das ações do novo regime –, vivenciava em seu interior a luta pela sua reconstrução, ao mesmo tempo em que tentava estabelecer uma identidade definitiva. Note-se que, diante da criação da própria sigla em 1962, muitas das antigas fileiras da Juventude Universitária Católica (JUC), principal espaço de recrutamento de membros da AP, fizeram a opção por não mais militar em uma organização vista como cada vez mais radicalizada à esquerda.

Por outro lado, o exílio das principais lideranças da AP em muito contribuiu para alimentar o debate acerca da adesão à luta armada, sentimento que inspirava e reforçava a idéia da necessidade de reestruturação da organização. Em especial o exílio uruguaio, imposto a lideranças como Herbert José de Souza, o Betinho, foi um momento importante de estreitamento de laços de militantes da organização com grupos de brasileiros que articulavam tentativas de resistência armada ao golpe. Tais grupos se reuniam, sobretudo, em torno da figura de Leonel Brizola, nesse período também alvo

das atenções de Cuba. Segundo o dirigente da AP, o encantamento pela via insurrecional estava presente em meio aos exilados.

E, foi diante da percepção de que a AP se encontrava ainda sem rumos definidos, com seus núcleos regionais desatrelados, que a leva de militantes que estava no exílio – em especial os então dirigentes Aldo Arantes, Jair Ferreira de Sá e Herbet de Souza – decidiu voltar, e produzir guerrilheiros. Para fazer a revolução via luta armada.

Os anos entre 1965 e 1968 para o Brasil foram marcados por sucessivos embates entre golpistas e oposições, em todas as instâncias da sociedade. Ao mesmo tempo em que manifestações políticas tentavam ser retomadas, o governo lançava mão de sucessivos mecanismos repressivos: o bipartidarismo, as eleições indiretas, censura, prisões, torturas. Pairava no ar um cheiro de permanência e consolidação da ditadura no poder.

As organizações de esquerda analisavam a retomada das mobilizações, e em especial a estudantil, com espíritos renovados, acreditando mais do que nunca no sucesso da revolução. Mas ainda faltava definir os caminhos. Pistas eram lançadas. No que diz respeito a AP, ainda em meio às indefinições, um segundo caminho para o grupo começa a ser conformado. No mês de junho de 1965, um dos importantes membros da organização, Vinicius Caldeira Brant, então exilado em Paris, foi solicitado para atender ao convite de compor parte de uma delegação que esteve na China durante todo o mês. Ainda no mesmo ano, dois outros futuros expressivos militantes da organização, Alípio de Freitas e Paulo Wright já haviam se deslocado, via exílio suíço e mexicano, para Cuba. Em pauta: treinamento na luta armada.

Assim, a reorganização do grupo, passados os primeiros impactos pós-golpe, se articulava no sentido de definir quais seriam as linhas políticas adotadas pela organização a partir de então e novas estratégias para arregimentar novos militantes, em especial no movimento estudantil. Nesse sentido, a maioria dos remanescentes se reorganizou e de um conjunto de debates internos aprovou a *Resolução Política de 1965*, que procurava seguir a linha do *Documento Base de 1963* – marco fundador da organização, a partir do I Congresso da AP, ocorrido em Salvador no mês de fevereiro daquele ano. Parecia que se procurava estabelecer uma nova fundação da entidade. E o seu

renascimento, inspirado pelo momento histórico nacional e pela epopéia das revoluções socialistas internacionais, acontecia sob a força das armas...

O ano de 1966 trazia para o cenário nacional a fechamento gradual do regime, acompanhado de fissuras cada vez maiores no interior do bloco civil-militar que compunha o regime. Novas medidas do governo, a exemplo do Ato Institucional n° 3, estabeleciam cada vez mais o fechamento dos espaços políticos legais de oposição, ao mesmo tempo que acentuava a repressão ao movimento estudantil, então em crescente ascensão (a UNE realiza, em julho deste ano, mesmo sob forte repressão policial, o seu 28° Congresso, em Belo Horizonte<sup>2</sup>). No campo internacional, em especial para as esquerdas mundiais, assistia-se o rompimento formal entre China e URSS, na conferência Tricontinental em Havana, formalizando o chamado cisma sino-soviético e com Pequim consolidando seu papel de alternativa ao socialismo soviético.

Para a AP, este ano representa muitas atividades e tentativas de adequação da organização às suas novas diretrizes. A organização se reestrutura, assim, a partir das novas orientações políticas que adotava, consoantes com o cenário ideológico internacional, e através de revitalização dos trabalhos nas frentes operárias, camponesas e no movimento estudantil. No campo ideológico, de uma modo geral, a entidade reunia um misto de várias tendências, o que pode ser verificado na incorporação de diversos autores marxistas presentes em seus escritos. A incorporação destes escritos acontece em consonância com o contato dos militantes, exilados ou não, com as mais diferentes experiências revolucionárias no cenário latino-americano e internacional. Logo, não é ao acaso que escritos de Debray, Mao Tse-tung, Guevara e Althusser estivessem referidos nos documentos da organização. Restava, no entanto e diante de tamanha diversidade, escolher que caminho seguir...

Foi no primeiro semestre de 1966 que se realizou novo balanço político da AP, Esboçava-se aí o que futuramente se tornaria uma marca da AP: a integração do militante na proletarização.

Por fim, a organização colocava para si o grande desafio: tornar-se a “vanguarda revolucionária” que organizaria e prepararia as massas para a luta, que representaria a “ruptura revolucionária das estruturas de dominação do capitalismo e imperialismo” e a “implantação de um

governo de base operário camponês. O objetivo fundamental da AP, assim, seria “a luta contra toda a dominação e alienação do homem”<sup>3</sup>.

Em meio a busca por redefinições política, oscilando entre castro-guevarismo e maoísmo, foi de autoria de membros da Ação Popular, ainda em meados de 1966 (dia 25 de julho), um dos mais espetaculares (e também dos mais frustrados) atentados realizados por uma organização de esquerda: o atentado ao então candidato à presidência da República, general Costa e Silva, no Aeroporto dos Guararapes, no Recife<sup>4</sup>, que provocou a morte de um militar e um jornalista, além de 14 feridos. O episódio até hoje é envolvido em certo mistério não só junto aos ex-militantes como também junto ao público.

Em recente reportagem com inúmeras entrevistas, o *Jornal do Comércio* de Recife, em 23 de julho de 1995, lançou uma possível definitiva versão para o episódio. Segundo o jornal, o comando do atentado foi realizado por Alípio de Freitas, que recrutou alguns militantes da organização na região Nordeste: Raimundo Gonçalves Figueiredo, Haroldo Lima, Zenóbio Vasconcelos, Paulo Guimarães e Felipe Frazão. A idéia era deflagrar o atentado aproveitando a viagem de campanha do general Costa e Silva. Para isso, foram instalados explosivos dentro de uma mala comum. A explosão aconteceu cerca de 8: 45 da manhã.

O resultado deste episódio levou a organização à nova revisão de suas linhas de ação, centralizando as atuações das comissões militares e a um afastamento com relação às influências cubanas, levando a organização a adiar viagens de treinamento e intercâmbio estabelecidas para a ilha e a devolução de praticamente toda a ajuda financeira concedida pela ilha à AP.

Curioso perceber que, ainda que procurasse se afastar das influências cubanas, acabando assim por aproximar-se dos modelos chineses, a AP permaneceu ligada e participante, direta ou indiretamente, aos destinos percorridos por Cuba e China. Dessa forma, ainda que o afastamento de Cuba já se expressasse no segundo semestre de 1966, a AP participou ativamente da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Cuba, no ano de 1967, episódio que procurava congrega todos os movimentos revolucionários latino-americanos. Para o evento, foram enviados como delegados Betinho e Paulo Stuart Wright. De maneira análoga, a organização, ainda em 1966, anuncia a visita de um dos coordenadores gerais, Aldo Arantes, à China. Suas impressões

de viagem seriam registradas no documento *Texto amarelo* (pela cor da capa do texto)<sup>5</sup>, exposto na reunião oficial do Comando Nacional em 1967.

O reflexo destas múltiplas influências se tornou mais claro nos anos posteriores e em especial em 1968, com a saída (para alguns, a expulsão) de alguns militantes – como Paulo Stuart Wright, Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas – na I Reunião Ampliada da Direção Nacional da AP, em setembro daquele ano. Na verdade, a saída de alguns importantes membros da organização, deixavam claros os sinais de radicalização que permeavam os debates acerca da linha revolucionária a ser seguida e com relação às táticas de luta. De um lado, a ala identificada por *Corrente 1*, que se organizara em torno dos nomes de Jair Ferreira de Sá (que escreveria, ainda em 1967, o documento *Esquema dos seis pontos*, sobre suas impressões de viagem à China) e Aldo Arantes, sensíveis ao modelo maoísta de revolução. O outro grupo, intitulado *Corrente 2*, tinha a liderança de Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas, resistentes à maoização da AP e por isso identificados pelos adversários como foquistas. Estes últimos, após o desligamento da organização-matriz, uniram-se a outros segmentos da esquerda para a construção do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), que aderiu a guerrilha, mas foi debelado pela repressão entre os anos 1971-72.

A luta interna, que transparece com a saída da AP dos membros da *Corrente 2*, tornam claras as controvérsias e os percalços sofridos pela organização nas inúmeras tentativas de estabelecer uma identidade política para si. Mais do que isso, a I RADN acaba por tornar-se um manifesto de adesão concreta da AP com o maoísmo, o que se verifica nos direcionamentos que serão dados à organização entre os anos 1968 e 1973.

---

<sup>1</sup> Idem, p. 59

<sup>2</sup> Na época do evento, Aldo Arantes foi o único diretor da UNE a compor a mesa no evento. Para maiores detalhes ver LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984, p. 83-88.

<sup>3</sup> AÇÃO POPULAR, op. Cit., 1966 p. 15. Disponível no Fundo Duarte Pereira, do Arquivo Edgard Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

<sup>4</sup> A AP também realizou, ainda no ano de 1966, a expropriação de uma agência bancária em Águia Branca (AL), que provocou a morte de um policial.

<sup>5</sup> LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. Op. cit., 1984, p. 57-58.